

DA CONTRA CULTURA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS — UM OLHAR POLITOLÓGICO

PAULO FERREIRA DA CUNHA (*)

Reconstituição da intervenção não lida no doutoramento da Doutora Cristina Montalvão Sarmento, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 8 de Janeiro de 2004 (1).

Num momento em que os bárbaros não só batem à porta da Universidade, como já em boa medida forçaram os seus portões e nela vão tomando lugares e franqueando a entrada aos seus pares, e num tempo em que a barbarização é já, em grande medida, produto combinado da ignorância, boçalidade e pseudo-qualidade tecnicista e especialista, esta tese que hoje discutimos constitui, como já foi dito, um acto de alguma coragem.

(*) Professor Catedrático de Direito, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

(1) Presidiu ao júri o Prof. Doutor Luís Krus, Vice-Presidente do Conselho Científico da FCSH, em representação do Reitor da UNL. Foram membros do júri os Professores Doutor Adriano Moreira, (Prof. Catedrático Jubilado, UTL-ISCSP), Doutor Fernando Catroga (Prof. Catedrático, FL-UC), que não pôde estar presente, Doutor José Adelino Maltez (Prof. Catedrático, UTL-ISCSP), Prof. Doutor José Esteves Pereira (Prof. Catedrático, UNL-FCSH), Director do Departamento de Estudos Políticos; Doutor Mário Sottomayor Cardia (Prof. Auxiliar, UNL-FCSH), Doutor Pedro Tavares de Almeida (Prof. Auxiliar, UNL-FCSH), Doutor Viriato Soromenho Marques (Prof. Associado com agregação da FL-UL), além do autor destas linhas. O carácter excepcionalmente sintético destas considerações justifica-se pelo facto de os actos terem seguido o modelo, entre nós até agora raro, mas muito comum na demais Europa de há muito, segundo o qual a todos os membros do júri (para além dos “arguentes”) é dada a palavra, se o desejarem — o que implica uma considerável limitação do tempo de cada um. Ganhando-se, porém, na variedade das perspectivas expressas pelo júri, na sua pluralidade.

Primeiro, porque se atreve a um discurso abrangente, humanisticamente fundamentado, que procura raízes e ligações culturais e se sabe metodologicamente contextual, pelo que se dotou de uma auto-reflexão epistémica, numa opção que recusa a asfixia da simples formalização e do nada significativo repertório dos dados-nus.

Dizem os velhos e sábios textos escolásticos, da boa escolástica e não da degenerada, que o doutor é testemunha da verdade. Que melhor desiderato poderá ter quem vem pedir o grau doutoral senão este de falar da sua parte de verdade com alma, com rosto, com convicção — numa adequação da teorização ao pensado?

Realmente, a temática tem contextos, co-textos, voos. Excursos. Por vezes meandros, labirintos — óbvios desequilíbrios. A adequação que é fórmula da verdade a tudo isso há-de espelhar. E tudo isso precisamente revela o perfil intelectual de uma pessoa. Não se esconde um ser amorfo por detrás da parede de erudição ou de sistematização de uma tese, mas antes quem se revela, através da dissertação.

Toda esta liberdade de se expor, expondo, é fruto de maturidade intelectual, investigadora e até docente. E o facto de esta investigação, que neste texto desagua, se ter apercebido que muito do objecto é construído pelo discurso significa que nessa espontaneidade vera nada há de naïf, pelo que o texto é elaborado, criador, reticente e evocativo aqui e ali, por vezes também demasiado confessional (p. 430), aqui e ali excessivamente remissivo para outros (p. 18). Mas sempre um caleidoscópio, jogo de espelhos, e até (diríamos com Thoenig) *boîte à outils*.

Não estamos assim perante uma dissertação do tipo “teoria geral”, não é uma *Algemeine Lehre*. Porque *est modus in rebus*: o tema e o estado da arte quase implicam essa forma. É um *ensaio*.

Um ensaio com ritmo. No princípio era o ritmo, dizia Hans von Buelow. Este ensaio, de que devo dizer antes de mais, *gostei*, tem ritmo. Por vezes um ritmo entrecortado por reminiscências e alusões que o singularizam e avivam, por momentos numa aceleração que à ordem e sistematicidade próprias da formação jurídica de algum modo assombra. Ritmo que, assim, poderia ser entrecortado por um polvilhar de umas cinquenta vírgulas e meia dúzia de pontos finais.

É de facto a nossa presença em júris um recordar da nossa própria passagem, como candidato, por múltiplas provas. E é um exercício de lembrança, de memória, mas também de *cura*.

A rigidez em partes pré-definidas em número, e a clássica estratégia dialéctica do discurso da nossa tese de Paris foi sendo já moderada pela

maior liberdade formal da nossa dissertação de Coimbra. Mas agora, como arguente, ultrapassamos de vez esses paradigmas — importantíssimos, fundamentais, altamente formativos embora — porque assim verificamos que a tese também pode ser ensaio e até *roman fleuve*.

Não me vou concentrar sobre as múltiplas observações formais e bibliográficas que provaram o que já está provado em todas as teses: *aliquando dormitat bonus Homerus*. Centrar-me-ei apenas em dois pontos, um que se liga aos fundamentos, e outro que se projecta para o futuro.

No plano dos fundamentos, sendo de apreciar muitas referências, muitos pergaminhos culturais afinal, e também a consciência do jogo epistémico entre observador e observado, etc., sobressai o operador, paradigma e tópico do símbolo e também da utopia.

Pergunto-me se, tal como se faz todavia a p. 433 (para a “paz”) se não deveria alargar a incidência deste estudo ao operador, paradigma e tópico “mito”, e se afinal não está em causa toda uma *mitologia* política.

Tendo convivido anos demais com três teses sobre mito e utopia, não posso deixar de observar como seria interessante que uma rigorosa delimitação conceitual de *mito* e *utopia* se pudesse aplicar a este universo de estudo. Daí resultaria sem dúvida muito mais claro o papel do símbolo e de outras figuras, como, por exemplo, o ritual e as liturgias revolucionárias. E ainda, no campo semântico da utopia, seria particularmente útil separar o mito da cidade ideal, *utopia*, do que é vector de mudança ou “princípio esperança”, a que pode chamar-se *utopismo*.

Terminemos, com uma nota de dúvida sobre um elemento de profetismo nesta dissertação. Aqui se afirma, com efeito:

“podemos aventurar-nos a projectar que o desalojamento desta geração se fará por uma outra geração de combate” (p. 435)

Onde estará, qual será, essa geração? — perguntaríamos.